

Bandeirantes S.A. Arrendamento Mercantil

Companhia Aberta
CNPJ nº 44.071.785/0001-69

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis da Bandeirantes S.A. Arrendamento Mercantil, elaboradas na forma da Legislação Societária, Normas e Instruções do Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2000. O ano de 2000 se marcou pela transferência do controle acionário do Banco Bandeirantes S.A. (ex-controlador da Bandeirantes S.A. Arrendamento Mercantil) para o Unibanco – União de Bancos Brasileiros, ocorrida em 2 de setembro de 2000.

Essa transferência se efetivou mediante a emissão de ações do Unibanco e que foram entregues para a Caixa Geral de Depósitos, antiga controladora da Bandeirantes, e que passou a deter 12,3% do capital total do Unibanco.

O objetivo desta aliança estratégica é a estreita cooperação entre a Caixa Geral de Depósitos e o Unibanco no apoio a empresas portuguesas com interesse no Brasil e brasileiras com interesse em Portugal, unindo assim esforços e recursos para dar continuidade à estratégia de crescimento permanente e constante expansão das suas bases de clientes.

ANÁLISE DE DESEMPENHO

O imobilizado de arrendamento cifrou-se em R\$ 329.078 mil em 31 de dezembro de 2000 (R\$ 428.080 mil em 1999).

Os recursos captados, representados por depósitos e obrigações por empréstimos, encerraram o exercício de 2000 com saldo de R\$ 149.863 mil (R\$ 155.173 mil em 1999).

No segundo semestre de 2000 foi registrado um resultado líquido negativo de R\$ 23.116 mil,

finalizando o exercício com um prejuízo de R\$ 33.655 mil (lucro de R\$ 10.076 mil em 1999). O patrimônio líquido atingiu R\$ 9.433 mil em 31 de dezembro de 2000 (R\$ 44.309 mil em 31 de dezembro de 1999).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos Senhores Acionistas e Clientes pela confiança e apoio que nos têm dispensado. Aos funcionários e colaboradores, expressamos nosso reconhecimento pelo empenho e dedicação.

Barueri, fevereiro de 2001.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999 (Em Milhares de Reais)

	2000	1999		2000	1999
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	4.680	37.496	CIRCULANTE	225.621	224.140
DISPONIBILIDADES	22	46	DEPÓSITOS	102.721	79.767
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	1.701	-	Depósitos interfinanceiros	102.721	79.767
Aplicações no mercado aberto	700	-			
Aplicações em interfinanceiros	1.001	-			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	1.979	2.897	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	46.110	27.473
Carteira própria	2.023	2.897	Empréstimos no país - outras instituições	46.110	27.473
Vinculados à prestação de garantias	122	-			
Provisões para desvalorizações	(116)	-			
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	(11.990)	14.822	OUTRAS OBRIGAÇÕES	76.790	116.900
Arrendamentos a receber	129.681	110.259	Sociais e estatutários	2	1.362
Setor privado	129.681	110.259	Fiscais e previdenciárias	6.360	478
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(120.340)	(87.661)	Negociação e intermediação de valores	8.257	6.252
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil	(21.331)	(7.776)	Credores por antecipação de valor residual	59.610	102.874
OUTROS CRÉDITOS	9.897	14.342	Diversas	2.561	5.934
Negociação e intermediação de valores	2.920	-			
Diversos	15.661	11.164			
Provisão para perdas em outros créditos	(8.684)	(265)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	107.458	219.593
OUTROS VALORES E BENS	3.071	5.389	DEPÓSITOS	1.032	2.573
Outros valores e bens	5.464	5.388	Depósitos interfinanceiros	1.032	2.573
Despesas antecipadas	-	1			
Provisões para desvalorizações	(2.393)	-	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	-	45.360
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7.289	19.028	Empréstimos no país - outras instituições	-	45.360
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	(11.957)	(8.855)			
Arrendamentos a receber	72.673	46.171	OUTRAS OBRIGAÇÕES	106.426	171.660
Setor privado	72.673	46.171	Fiscais e previdenciárias	8.254	31.161
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(72.673)	(42.033)	Negociação e intermediação de valores	1.463	2.378
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil	(11.957)	(12.993)	Credores por antecipação de valor residual	93.771	138.121
OUTROS CRÉDITOS	19.246	27.883	Diversas	2.368	-
Negociação e intermediação de valores	517	897			
Diversos	18.771	27.057	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.433	44.309
Provisão para perdas em outros créditos	(242)	(171)	Capital social:		
PERMANENTE	330.543	431.518	De domiciliados no país	20.028	20.028
INVESTIMENTOS	602	836	Reservas de capital	-	1.277
Participação em coligado - no país	579	813	Reservas de lucro	-	23.004
Outros investimentos	23	23	Prejuízos acumulados	(10.595)	-
IMOBILIZADO DE USO	282	400			
Outras imobilizações de uso	847	886			
Depreciações acumuladas	(565)	(486)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO	329.078	428.080			
Bens arrendados	463.600	527.023			
Depreciações acumuladas	(134.522)	(98.943)			
DIFERIDO	581	2.202			
Gastos de organização e expansão	5.298	5.390			
Amortizações acumuladas	(4.717)	(3.188)			
TOTAL DO ATIVO	342.512	488.042	TOTAL DO PASSIVO	342.512	488.042

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 (Em Milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
			Legal	Estatutárias		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998	20.028	1.277	2.576	12.745	-	36.626
REVERSAO DE RESERVA	-	-	-	(547)	547	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	10.076	10.076
DESTINAÇÕES:						
Reservas:						
Dividendos (R\$ 56,75 por ação)	-	-	504	7.726	(8.230)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999	20.028	1.277	3.080	19.924	(2.393)	44.309
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	(1.233)	(1.233)
REVERSAO DE RESERVA	-	(1.289)	(3.080)	(19.924)	24.293	-
SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS	-	12	-	-	-	12
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(33.655)	(33.655)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000	20.028	1.277	3.080	19.924	(10.595)	9.433
REVERSAO DE RESERVA	-	(1.289)	(3.080)	(19.924)	24.293	-
SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS	-	12	-	-	-	12
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(23.116)	(23.116)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000	20.028	1.277	3.080	19.924	(10.595)	9.433

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999 (Em Milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade integra os Sistemas Financeiros Bandeirantes e Unibanco e tem como objetivo principal a prática das operações de arrendamento mercantil, definidas pela Lei nº 6.099/74. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

2. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Em dezembro de 2000, as autoridades governamentais brasileiras aprovaram a associação entre o Unibanco, a Unibanco Holdings S.A., a Caixa Geral de Depósitos (CGD), instituição com sede em Portugal e o Banco Bandeirantes S.A. (ex-controlador da Bandeirantes S.A. Arrendamento Mercantil).

Por meio dessa associação o Unibanco adquiriu 100% da Caixa Brasil Participações S.A., controladora do Banco Bandeirantes S.A. por R\$ 1.043.771 e a Caixa Geral de Depósitos recebeu de forma indireta, via sua subsidiária Caixa Brasil SGPS, 12,129% de participação no Unibanco. Como parte da Reestruturação Societária, em 28 de dezembro de 2000, o novo controlador promoveu a transferência do controle acionário da Bandeirantes S.A. Arrendamento Mercantil, anteriormente detida pelo Banco Bandeirantes S.A. para o Unibanco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária, Normas e Instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração destas demonstrações são:

a) Resultado das Operações

É apurado pelo regime de competência e considera:
- os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices ou taxas oficiais, pró rata temporis incidentes sobre ativos e passivos circulares e a longo prazo;
- os efeitos de ajustes de valores para o valor de mercado ou de realização;
- os encargos relativos ao PIS à alíquota de 0,65% e a COFINS à alíquota de 3%;
- o resultado dos ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial;

- a parcela tributável do imposto de renda, à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% incidente sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos;
- a parcela correspondente à contribuição social, calculada à alíquota de 8% até abril de 1999, à alíquota de 12% entre maio de 1999 e janeiro de 2000 e à alíquota de 9% a partir de fevereiro de 2000 sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda;

- os créditos tributáveis sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais;

b) Arrendamentos

A conta "Arrendamentos a receber" representa o valor das contraprestações a receber, atualizadas conforme critérios estabelecidos nos contratos. As "Rendas a apropriar de arrendamentos a receber" correspondem ao montante das contraprestações contratuais e são apropriadas como rendas efetivas nos dados de vencimento de cada contraprestação, conforme critérios estabelecidos na Nota 14.084.

c) Ativos e Passivos Circulares e de Longo Prazo: Demonstrados pelos valores de realização e exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, reconhecidos em base "pro rata" dia. Os rendimentos e encargos pré-fixados são demonstrados como redução dos ativos e passivos a que se referem. Quando aplicável, são demonstrados provisões para redução dos ativos e passivos a longo prazo ou provável de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis, com vencimento em até 12 meses, são classificados no ativo e passivo circulares, respectivamente.

d) Provisões para Perdas em Operações de Arrendamento Mercantil: Constituídas em montante suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e são fundamentadas:

(a) nas análises das operações de arrendamento mercantil em aberto (vencidas e não vencidas); (b) na experiência passada e riscos específicos das carteiras; (c) no rigor e conservadorismo da Administração da Sociedade na constituição da provisão, exigidos pelas Normas, Instruções e Orientações do BACEN; e (d) na uniformização de procedimentos utilizados pelo novo controlador.

e) Investimentos: A participação em coligado, representada por 14,13% no capital do Banagro Bandeirantes Agropecuária Ltda., é avaliada pelo método de equivalência patrimonial; os demais investimentos são demonstrados pelo custo, deduzido de provisões para perdas, quando aplicável.

f) Imobilizado de Arrendamento: O imobilizado de arrendamento está registrado pelo custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada às taxas permitidas pela legislação fiscal, conforme critérios estabelecido pela Portaria nº 140/84, com redução do prazo de vida útil fiscal dos bens em 30%. São as seguintes as taxas anuais de depreciações permitidas fiscais: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; 20%; instalações, 10%; imóveis, 4%; embarcações, 10%; e aeronaves, 10%.

g) Perdas em Arrendamentos a Amortizar: Correspondem às perdas apuradas nas vendas de bens pelo valor residual dos contratos, que são amortizadas pelo restante do prazo de vida útil fiscal do bem, reduzido em 30%. Para efeito destas demonstrações contábeis, o saldo de perdas a amortizar foi reclassificado para a conta de "Bens arrendados".

h) Diferido: Registrado pelo custo, sendo composto, basicamente, por gastos de reorganização administrativa e/ou reestruturação e modernização de sistemas operacionais, amortizados em cinco anos.

i) Operações de Arrendamento Mercantil: Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, a Sociedade ajusta suas demonstrações contábeis pela diferença apurada entre o valor contábil de arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento e valores residuais recebidos antecipadamente e o valor presente de seu carteira de arrendamento mercantil calculado, à respectiva taxa interna de retorno de cada contrato. Os ajustes são contabilizados, quando positivos, superveniência de depreciação, o crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, insuficiência de depreciação, o débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

5. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

a) Composição por segmento de mercado:

	2000	1999
Setor privado:		
Indústria	19.674	29.125
Comércio	32.185	46.172
Outros serviços	82.441	77.011
Pessoa física	89.463	61.849
Total	193.763	214.157
b) Composição da carteira de arrendamento mercantil e outros créditos nos componentes níveis de risco, e distribuição dos níveis de risco, conforme estabelecido na Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN:		
Nível de risco	Créditos a vencer	Total dos créditos
AA	592	592
A	116.381	116.381
B	12.772	384
C	12.545	655
D	3.036	621
E	1.689	495
F	1.050	512
G	18.393	18.191
H	172.315	21.448
Total	193.763	185.038
Outros créditos	-	8.725

DIRETORIA

Barueri, fevereiro de 2001.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Antônio Tomás Correia

Conselheiros

Alkmar Ribeiro Moura

Antônio Manuel Seizes de Almeida Porto

DIRETORIA

Director-Presidente

Joaquim Francisco de Castro Neto

Director-Geral

César Augusto Sizenando Silva

Director-Superintendente

Adalberto de Moraes Schetteri

Diretores

Daniilo Mussi Cardoso Mansur

Celso Scaramuzza

Elio Baccia

Gerardo Travaglia Filho

José Erildo Raimundo

José Lucas Ferreira de Melo

Luiz Falvela

Contador - CRC - 1SP142881/O-2

Aos Administradores e Acionistas da Bandeirantes S.A. Arrendamento Mercantil:

1) Examinamos os balanços patrimoniais da BANDEIRANTES S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL em 31 de dezembro de 2000 e 1999, e os respectivos demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e semestre findo em 31 de dezembro de 2000, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendem: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3) A Sociedade registra suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com observância às diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que requerem o ajuste do valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para insuficiência (ou superveniência) de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 9). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil, mas

resultam na apresentação do lucro líquido e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária.

4) Conforme deixamos na nota 5, a Sociedade, em atendimento ao disposto na Circular nº 2.974/2000 do Banco Central do Brasil - BACEN, registrou em prejuízos acumulados os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios determinados pela Resolução nº 2.682/99 na apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. O procedimento adotado não está de acordo as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e resultou em uma diminuição do prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2000 no montante de R\$ 1.233 mil, já considerados os efeitos fiscais.

5) Em nossa opinião, exceto quanto à não-reclassificação mencionada no parágrafo (3) e ao efeito do ajuste mencionado no parágrafo (4), as demonstrações contábeis referidas no parágrafo (1) representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bandeirantes S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2000 e 1999, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas e semestre findo em 31 de dezembro de 2000, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.

6) Em 13 de fevereiro de 2001, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a nomeação de ARTHUR ANDERSEN S/C - CRC 25P000123/O-1 Francisco Papellés Filho

Sócio-Diretor Responsável Contador - CRC 1SP127815/O-2

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

ARTHUR ANDERSEN